

Uma visão geral e atual do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Visconde de Mauá – PEDS-MAUÁ/RJ

por Leonardo Gatti

O Governo de Estado do Rio de Janeiro vem realizando, desde julho passado, através da SEOBRAS (Secretaria de Obras), em mais uma parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), e com a consultoria da FOCALL (que venceu mais esta licitação, e coordena e administra o trabalho), reuniões mensais em nossa região com o objetivo de alabarar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.

Até agora foram cinco audiências (em outubro foram duas), reunindo moradores e alguns representantes dos governos e de associações locais (presença média de quarenta a cinquenta pessoas nas duas últimas, maiores), para identificar os problemas, traçar diretrizes e metas, e definir projetos para um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

O Plano visa os próximos cinco a dez anos, o que particularmente acho até pouco. Um verdadeiro Estadista pensaria em vinte e cinco, cinquenta ou até cem anos.

Trata-se de mais uma exigência (entre outras tantas ainda não cumpridas) da Licença de Instalação da obra de asfaltamento das principais vias locais, projeto apresentado com o nome de “Estrada-Parque” e incluindo uma série de promessas que também ainda não foram realizadas. Benfeitorias como o pórtico de controle do acesso, os mirantes com decks panorâmicos, as cicloviãs, a pavimentação alternativa e os cuidados com o Ambiente passaram longe.

Outra condicionante apresentada, o “Pacto pelo Saneamento”, resolveu até agora menos da metade do problema. Do Plano Básico Ambiental (PBA), ninguém ouviu mais falar, e as obras desrespeitam constantemente as leis ambientais, assoreando os rios, degradando a mata ciliar, descaracterizando, destruindo nossas belezas naturais, realizando cortes e taludes exagerados, retirando quantidade excessiva de árvores nativas da já depauperada Mata Atlântica, inclusive araucárias protegidas por lei.

A condicionante da Licença de Instalação que designava, para acompanhar as obras, o Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto – fórum criado para facilitar a interlocução entre os diversos segmentos interessados (população; empresários; e governos) – foi propositalmente esvaziado pelos dois últimos segmentos.

Recentemente (outubro), logo após moradores solicitarem que o PEDS intermediasse um “seminário da reconciliação” para aparar as arestas da representatividade e governança locais. Em vez disso, as associações comerciais preferiram extinguir o Conselho Gestor, numa outra manobra pouco ética, democrática e transparente. Foi inclusive extinto. Enquanto isso, o PEDS prevê a criação de um “Comitê Gestor”, para substituir o antigo Conselho Gestor.

Coincidência apenas? Ele será criado, segundo consta, para dar seguimento às propostas apresentadas durante o processo de “planejamento estratégico”.

Inacreditável e surreal também é a ausência de placas pedindo atenção e velocidade moderadas aos motoristas. As que existem alegam estarem trabalhando “pela nossa segurança”, vejam só; mas os acidentes já vêm acontecendo. Além da falta de sinalização, a pavimentação, ao invés de equilibrada e harmônica, foi feita com um asfalto impermeável, veloz e perigoso entre curvas encobertas e sinuosas. Pedestres, ciclistas e equestres que se virem.

Também não deram ouvidos aos meus pedidos logo na primeira Audiência (em julho, bem antes das chuvas) para a SEOBRAS retirar o excesso de terra lançada na mata ciliar dos rios locais, no vale das Cruzes, do Pavão e no rio Preto, na entrada do Alcantilado (terrível) e ao longo da estrada. Planejar o futuro não inclui cuidar do presente? “Este não é o fórum para isso” foi a resposta recebida – uma baita contradição logo de início...

Quero acreditar que ainda haja boas intenções e ações para solucionar as drásticas mudanças que temos visto por aqui, e sonhamos – espero que não ingenuamente – com um futuro melhor .

Com relação às reuniões (gravadas e disponíveis no youtube), nas duas primeiras foram detectados nossos principais problemas, separados em cinco áreas: Governança e representatividade; Ambiental; Econômica; Infraestrutura; e Serviços Públicos. Os presentes, divididos em grupos, criaram uma matriz que somente a partir da terceira reunião nortearia a elaboração dos projetos, propostas e ideias que visariam às respectivas soluções. Isto foi muito enfaticamente colocado

Na terceira e mais rápida Audiência (pouco mais de uma hora, salvo engano) foi explicado como seriam preenchidos os formulários com ideias, propostas ou projetos (para aqueles que sabem como fazê-los, pois não é tão fácil, com orçamentos e tudo o mais). As propostas poderiam ser enviadas via internet ou entregues pessoalmente em papel, até a quarta reunião dali a três semanas apenas.

Pensava que iríamos discutir as soluções também em grupo, de forma dinâmica, interativa e construindo-as juntos e coletivamente, como tínhamos elaborado a matriz dos problemas. Para surpresa de muitos, elas seriam apresentadas individualmente (quem quisesse ou pudesse, se reuniria em grupos, como sugerido pela coordenação, mas mesmo assim continuavam “pontuais”, desligadas de uma visão totalizante), e receberiam notas de zero a dez em quatro quesitos - lembrando os desfiles de escolas de samba e os concursos de *miss* - para ordenar sua priorização: Exequibilidade; Sinergia; Imprescindibilidade; e Temporalidade.

Em relação ao prazo estipulado para apresentar os projetos, minha posição foi a de que houvera muito tempo (dois meses, desde meados de julho a meados de setembro) para identificar os problemas (tempo superdimensionado, inclusive por que esses problemas já foram levantados inúmeras vezes antes em outros trabalhos semelhantes, e são facilmente detectados), e pouquíssimo tempo para definir as possíveis soluções (difíceis e talvez polêmicas), já que entre a terceira e a quarta reunião (para apresentação das propostas), haveria em função de um feriado, somente três semanas. Fui voto vencido ao pedir o adiamento para a semana seguinte, para termos cinco semanas de prazo.

De certa forma, essa deficiência foi naturalmente corrigida logo no início da quarta reunião, com a extensão do prazo para apresentação (o que achei ótimo, pois ainda tinha várias ideias que não tivera tempo de desenvolver e pôr no formulário), e marcada mais uma Audiência (a quinta e última) para entrega e apresentação das derradeiras ideias e tratar do Comitê Gestor a ser criado.

Nessa quarta reunião havia inicialmente, creio, uns vinte projetos sem entretanto abordar a totalidade dos cerca de sessenta e poucos problemas identificados na matriz norteadora. Para analisar, votar e priorizar os projetos, foram criados três grupos: Sustentabilidade; Qualidade de vida; e um terceiro para analisar um projeto de educação ambiental focando na juventude local, na gestão ecológica-modelar do lixo local, e na comunicação com a comunidade

Com estas constantes divisões dos presentes em grupos, ninguém conhecera ainda todos os projetos para poderem votar de modo mais consciente, com uma visão mais integrada.

Na quinta reunião (a mais recente e longa, durando das 10h30 às 15h30) ficou então decidido que a Focall nos encaminhará, até o 09/11 (ainda não recebi em 13/11) todos os projetos entregues, agrupados por assunto (com a perspectiva de se fundirem), e relacionados com ações governamentais (municipais e estaduais) previstas na região.

Também com relação à votação para priorização das propostas, somente o grupo Sustentabilidade “conseguiu” dar notas, pois o fizemos coletivamente, em voto aberto, logo após cada apresentação-relâmpago de apenas cinco minutos cada, na quarta reunião . Ficamos sabendo que nem todos os grupos seguiram essa metodologia, e por isso nem todos os projetos haviam sido pontuados para serem priorizados.

O grupo Qualidade de vida alegou que não houvera tempo para priorizar os projetos por que leram primeiro todas as ideias para só votar, individualmente, no final... Não deu tempo; não sabiam que tinha hora marcada pra acabar...?!

Igualmente, ninguém pontuou (e daria tempo de lê-los com a devida atenção?) os projetos “extras” que a Focall recebeu e nos enviou entre a quarta e a quinta reunião. Estranho método, ao meu ver, pois votou-se parte dos projetos em grupo (Sustentabilidade), abertamente, enquanto que o outro grupo (Qualidade de vida) o fazia individualmente , na “plenária”, por

voto secreto. Do terceiro grupo, com o projeto de educação ambiental em três eixos (juventude, lixo e comunicação), nunca mais ouvi falar (espero que esteja ainda incluído, pois me pareceu interessante e relevante).

E os projetos “extras”, com as propostas mais recentes, seriam votados depois, individualmente, via internet ou entregando a planilha na reunião. Como apresentei cerca de dezessete “ações”, não me senti à vontade para votar; se o fizesse, daria dez para todos... Também não concordei em votar secretamente. Afinal, pelos mesmos motivos, lutamos para abolir este tipo de voto no Congresso Nacional... e aqui estamos planejando o desenvolvimento de toda a região e seus moradores.

Propus aliás, o voto direto e aberto, e que toda a comunidade pudesse votar e participar de alguma forma. Sugeri a criação de um *blog* na internet para os projetos interagirem e se integrem, as pessoas opinarem, aprofundarem as considerações, participando do Planejamento Estratégico.

A sugestão foi descartada de cara, e alguém disse que essa iniciativa seria elitista, pois vários moradores não dispõem de internet. Mas seria até mais “inclusivo” do que essas “audiências públicas”, em que só os privilegiados presentes (administradores públicos, empresários, profissionais liberais e moradores com renda própria) podem se dar ao luxo de estar lá, no meio de semana, em horário comercial.

Este *blog* não seria a única forma de participar, é lógico (*seria um a mais, e importante*), e estaria associado a outras formas de promover a participação da população em geral, como jornal-mural, caixa de sugestões etc.

O facilitador da Focall então concedeu que um *blog* sobre o planejamento da região até poderia ser criado, por quem quisesse dos presentes, mas independentemente dos facilitadores e da dinâmica “oficial” do processo.

Pedi então para apresentar seis outras ações que ainda não houvera passado para o formulário, mas que considero pertinentes e que abrangem áreas importantes não contempladas ainda pelo PEDS, como as questões da ocupação dos morros e iluminação exagerada; da disponibilidade de água ao se definir a densidade dos lotes; do estímulo às práticas permaculturais e às casas auto-sustentáveis; da representatividade local e democratização da governança.

Diante desse método confuso adotado, foi afinal decidida a espantosa desistência de se priorizar estrategicamente os projetos mais críticos. Foram abandonadas as notas e os quatro quesitos, e a priorização dos projetos será feita depois, pelo futuro Comitê Gestor, que nem sabemos ainda como e quando será formado, com que representatividade, legitimidade, autonomia...

Mais uma vez fui voto vencido ao propor que os rios deveriam ser priorizados já, imediata e emergencialmente, pois sem eles não vejo sentido em mais nada por aqui. Ou então que se priorizasse “estrategicamente” o “Ambiente”, e não necessariamente algum/ns dos seus projetos (para evitar ciúmeira). Afinal, o que significam os termos “Estratégico” e “Sustentável” no título do projeto que o Sebrae e a Focall realizam aqui, financiados com recursos públicos?

Como ainda seria lida e debatida a minuta do decreto do Governador criando o Comitê Gestor, para que fizéssemos emendas, acabei ficando de encaminhar essas ideias via e-mail, o que já fiz, não sem levar uma “bronca” por falar demais (mas a precaução recomenda *melhor pecar pelo excesso do que pela omissão*), e que deveria apresentar projetos completos, e não apenas ideias... Quem dera soubesse fazê-los.

Quanto ao decreto, alguns pontos polêmicos foram logo observados, relacionados com a abrangência, a representatividade e a direção do novo Comitê. Separados em dois grupos, criamos sugestões a serem encaminhadas para revisão e – tomara – aprovação. Ele abrange somente o estado do Rio de Janeiro e seus dois municípios, pois o Governador do RJ não pode interferir em MG. A ideia é convidar o município de Bocaina de Minas, creio que sem direito a voto. Mas não havendo como contemplar Maringá-MG diretamente com projetos e ações, talvez isto explique em parte a ausência de representantes de MG nas reuniões do PEDS (e possivelmente de seu Comitê), tão cobrada por todos, aliás.

Esta falta de integração é um problema crônico, identificado na matriz dos problemas elaborada nos dois primeiros encontros, bem como em diversos outros trabalhos semelhantes já realizados aqui e que não saíram do papel.

Comentamos que os três prefeitos agora são de um mesmo partido, o que pode ser um ponto positivo para ações conjuntas. Como insisti para saber se não há como integrarmos (quem sabe através do Governo Federal) em projetos comuns nossa microbacia e pensar a localidade uma só, fui abruptamente interpelado pelo apresentador do outro grupo

cuja pressa pareceu-me acima do bom senso, diante de questões tão graves e complexas. Como tenho educação, deixei pra lá, e o coordenador interveio desta vez. Talvez fosse apenas o cansaço...

Uma moradora, com bastante experiência neste trabalho de facilitadora, também foi de certa forma rudemente impedida de falar quando questionou a forma como estavam sendo conduzidos os trabalhos. Segundo ela, sem construção coletiva, interação entre as propostas, sem priorização, apressadamente, o resultado estaria comprometido. Disse que gostaria de propor o modelo adotado no Sul, mais participativo e integrado, incluindo a elaboração de orçamento participativo nos projetos da região, como soube depois. Alguns alegaram que ela pegara o trem andando, e que a desistência da priorização já fora decidido de manhã.

Aliás, várias pessoas chegaram somente às 14 h, pois esse era o horário de todos os encontros anteriores.

Esperemos que possa haver ainda esta integração entre as propostas, apesar de elas serem ideias independentes e individualizadas.

Quanto à questão da fragmentação político-administrativa local, querem trazer Maringá-MG para o estado do Rio. Será viável? Alguns lembraram também que haverá um retrocesso nesse aspecto, pois o antigo e extinto Conselho Gestor abrangia os dois estados e os três municípios, além de ser tripartite (governo, setor empresarial e sociedade civil). Já o novo Comitê se restringe ao RJ e será bipartite (governo e setor empresarial junto com a sociedade civil), reduzindo a presença dos moradores e suas associações.

A minuta indica a SEOBRAS para presidir o Comitê permanentemente. Sugerimos que deva haver, depois do primeiro mandato, um rodízio nas entidades que ocuparão a presidência. Através do regimento interno se regularia melhor o processo de eleição. Tomara. Muitos colocaram a inflexibilidade e autoritarismo desse órgão, já demonstrados em nossa região, como provável empecilho à geração de bons frutos, e gostariam de ter outra possibilidade de comando. O que foi considerado difícil de acontecer... mesmo apesar da desmoralização de que goza a Seobras na região.

Outros pontos polêmicos também ficaram de ser decididos pelo regimento interno. O que mais me chamou a atenção é a necessidade de criarmos mais e melhores grupos associados! Por ser paritária, a administração pública e a sociedade civil devem ter números iguais de cadeiras e votos. De vinte e dois de cada lado previstos para cada lado, cogitou-se a redução para apenas sete (proposta de lideranças da Mauatur), ficando afinal decidido, a princípio, dez cadeiras para cada lado, num total de vinte e vinte membros. Com a proposta de poder ser futuramente ampliada a participação, conforme o regimento interno, diante do possível surgimento de novas (e espero que mais aprimoradas e democráticas) associações locais.

Portanto, quanto mais associações tivermos, mais abrangente, plural e democrático este Comitê será. Exemplo: associações de artesãos, músicos, artistas plásticos, ambientalistas, funcionários de pousadas e restaurantes, produtores rurais, representações de cada vale, ONGs, cooperativas, e por aí vai. Ampliando interesses, diversificando ideias e participações, aumentando a presença dos órgãos governamentais, que são, afinal, os administradores dos nossos recursos públicos.

Considerando que ainda existirão outros conselhos na região, como o do Parque Estadual da Pedra Selada - PEPS, ou ligados a ela, como os da APA da Mantiqueira e do PNI, é preciso pensar se serão sempre as mesmas entidades a nos representar. Será necessário, ao meu ver, ampliar esta participação. Alguém mais se habilita?

Foram estas algumas das minhas impressões, do que me lembro assim de cabeça. Quem quiser conferir pode acessar as gravações das Audiências no youtube, e/ou conversando com outros participantes. Convido aqueles que estiveram presentes e queiram acrescentar, criticar ou corrigir algo, que estejam à vontade para fazê-lo.